

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2024 e de 2023 e o relatório dos
auditores independentes**



RTA-057-2025

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

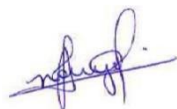
Ribeirão Preto-SP, 14 de fevereiro de 2025.

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br**www.moorebrasil.com.br**À
Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB
São João da Boa Vista-SPAtenção do Senhor **Eduardo Batista Geremias**
Pró-reitor

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023,
acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.
CRC 2SP024067/O-6**Juliana Inouye Cavalieri**
Diretora

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado (superávit ou déficit).....	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Demonstrações dos valores adicionados.....	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	11
1 Contexto operacional.....	11
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.....	12
3 Políticas Contábeis Materiais.....	13
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	17
5 Contas a receber.....	18
6 Mensalidades a receber.....	19
7 Estoques.....	19
8 Convênios a receber e recursos de convênios.....	20
9 Outros créditos.....	20
10 Despesas antecipadas.....	21
11 Imobilizado.....	21
12 Intangível.....	23
13 Empréstimos e financiamentos.....	24
14 Salários, férias e encargos sociais.....	25
15 Adiantamentos recebidos.....	25
16 Outras obrigações.....	26
17 Provisão para contingências e depósitos judiciais.....	26
18 Patrimônio líquido.....	27
19 Aspectos fiscais.....	28
20 Instrumentos financeiros.....	28
21 Remuneração da Administração.....	29
22 Mensalidades.....	30
23 Obrigações da educação para fins de CEBAS.....	30
24 Corpo docente.....	33
25 Outras despesas de ensino.....	33
26 Despesas com pessoal.....	34
27 Serviços profissionais contratados.....	34
28 Receitas e despesas de convênio municipais.....	34
29 Serviços voluntários – educação.....	35
30 Outras receitas operacionais líquidas.....	35
31 Resultado financeiro líquido.....	36
32 Imunidades usufruídas.....	36
33 Cobertura de seguros.....	37

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos diretores e conselheiros da
Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB
São João da Boa Vista-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 12 de março de 2024, não continha ressalvas.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas e, portanto, está sendo apresentada no caso da Fundação como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

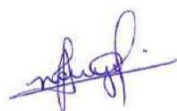
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 14 de fevereiro de 2025.

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.
CRC 2SP024067/O-6



Juliane Inouye Cavalieri
Contadora – CRC1SP258401/O-3

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.709.471	8.875.631	Empréstimos e financiamentos	13	9.635.314	11.023.994
Contas a receber	5	4.576.322	3.552.232	Fornecedores		692.094	666.160
Mensalidades a receber	6	2.073.531	1.877.430	Salários, férias e encargos sociais	14	3.046.879	3.543.993
Estoques	7	737.478	568.077	Recursos de convênios	8	2.814.020	-
Convênios a receber	8	2.880.093	-	Impostos e contribuições a recolher		214.812	538.673
Outros créditos	9	773.786	859.825	Adiantamentos recebidos	15	662.045	571.393
Despesas antecipadas	10	425.998	301.910	Outras obrigações	16	623.667	72.291
Total do ativo circulante		24.176.679	16.035.105	Total do passivo circulante		17.688.831	16.416.504
Não circulante				Passivo não circulante			
Contas a receber	5	18.490.539	14.655.257	Empréstimos e financiamentos	13	27.008.369	22.964.256
Mensalidades a receber	6	108.877	-	Encargos sociais	14	2.533.036	2.910.650
Depósitos judiciais	17	201.432	175.728	Provisão para contingências	17	1.300.840	1.685.489
Outros créditos	9	-	236.888	Outras obrigações	16	249.375	68.742
Imobilizado	11	57.882.977	60.326.066	Total do passivo não circulante		31.091.620	27.629.137
Intangível	12	68.936	350.917	Patrimônio líquido	18		
Total do ativo não circulante		76.752.761	75.744.856	Patrimônio social		14.879.518	16.319.667
Total do ativo		100.929.440	91.779.961	Reserva de reavaliação		1.857.989	1.894.956
				Ajuste de avaliação patrimonial		30.605.442	30.959.846
				Superávit (Déficit) acumulado		4.806.040	(1.440.149)
				Total do patrimônio líquido		52.148.989	47.734.320
				Total do passivo e patrimônio líquido		100.929.440	91.779.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	Nota	2024	2023
Receita operacional bruta			
Receita bruta de educação			
Mensalidades	22	69.135.598	68.041.059
Bolsas de estudo concedidas	23	20.128.158	16.793.097
Receita com administração de ensino		188.732	149.722
Receita de convênios		-	238.900
		89.452.488	85.222.778
Deduções da receita bruta de educação			
Bolsas de estudo LC 187/2021- remanescentes Prouni - Integrais 100%		(2.783.345)	(3.425.508)
Bolsas de estudo LC 187/2021 remanescentes Prouni - Parciais 50%		(1.385.075)	(1.633.077)
Bolsas de estudo institucionais LC 187/2021- integrais 100%		(5.002.112)	(4.853.860)
Bolsas de Estudo LC 187/2021 -integrais 100% - Convenção coletiva		(1.170.624)	(1.333.076)
Bolsas de estudo institucionais LC 187/2021- parciais 50%		(8.575.362)	(5.167.283)
Outras bolsas de estudo		(1.211.640)	(380.292)
Descontos, devoluções e cancelamentos		(2.359.102)	(2.546.016)
		(22.487.260)	(19.339.112)
Receita operacional líquida		66.965.228	65.883.666
Custo dos serviços educacionais prestados			
Corpo docente	24	(9.177.708)	(9.492.933)
Custo com processo seletivo		(279.100)	(422.655)
Bolsas de incentivo à iniciação científica		(347.180)	(344.414)
Outras despesas de ensino	25	(2.151.710)	(834.725)
		(11.955.698)	(11.094.727)
Superávit bruto		55.009.530	54.788.939
(Despesas) receitas operacionais			
Utilidades e serviços		(1.054.055)	(980.110)
Despesas patrimoniais		(5.958.065)	(5.125.247)
Despesas com comunicação e marketing		(952.999)	(953.913)
Despesas gerais		(2.243.299)	(2.112.954)
Despesas com pessoal	26	(9.937.358)	(9.815.978)
Depreciações e amortizações		(3.138.804)	(3.162.068)
Serviços profissionais contratados	27	(11.540.515)	(13.082.950)
Perdas com créditos esperadas – PCE		(1.781.996)	(1.452.045)
Provisão para contingências e indenizações		331.149	232.395
Despesas tributárias		(78.349)	(183.766)
Receita de convênios municipais	28	2.075.534	-
Despesas de convênios municipais	28	(2.075.534)	-
Serviços voluntários obtidos - educação	29	17.776	185.000
Despesas com serviços voluntários - educação	29	(17.776)	(185.000)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	5.818.004	2.416.130
		(30.536.287)	(34.220.506)
Superávit antes do resultado financeiro		24.473.243	20.568.433
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.150.748	2.427.844
Despesas financeiras		(22.209.322)	(24.827.803)
	31	(20.058.574)	(22.399.959)
Imunidades usufruídas	32		
Renúncia fiscal obtida – CEBAS		6.218.901	6.299.310
(-) INSS – Cota Patronal		(4.016.807)	(4.053.580)
(-) COFINS sobre faturamento		(2.063.918)	(2.101.878)
(-) PIS sobre salários		(138.176)	(143.852)
		-	-
Superávit (déficit) do exercício		4.414.669	(1.831.526)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	2024	2023
Superávit (déficit) do exercício	<u>4.414.669</u>	<u>(1.831.526)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>4.414.669</u>	<u>(1.831.526)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em reais

	Patrimônio social	Doações e subvenções	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial	(Déficits) superávit acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	17.390.640	566.548	1.931.923	31.314.256	(1.637.521)	49.565.846
Destinação do superávit acumulado	(1.637.521)	-	-	-	1.637.521	-
Incorporação ao patrimônio social	566.548	(566.548)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(36.967)	-	36.967	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(354.410)	354.410	-
Déficit do exercício	-	-	-	-	(1.831.526)	(1.831.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.319.667	-	1.894.956	30.959.846	(1.440.149)	47.734.320
Destinação do superávit acumulado	(1.440.149)	-	-	-	1.440.149	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(36.967)	-	36.967	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(354.404)	354.404	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	4.414.669	4.414.669
Saldos em 31 de dezembro de 2024	14.879.518	-	1.857.989	30.605.442	4.806.040	52.148.989

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	4.414.669	(1.831.526)
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas	1.196.118	1.130.128
Juros reconhecidos e não recebidos	(25.668)	766
Depreciação e amortização	3.138.804	3.162.068
Valor residual das baixas do imobilizado	264.061	724.303
Juros reconhecidos e não pagos	(506.383)	(2.553.620)
Provisão para contingências	(384.649)	(232.395)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(5.995.666)	(6.655.399)
Mensalidades a receber	(339.134)	(236.234)
Estoques	(169.401)	251.415
Outros créditos	322.927	18.231
Despesas antecipadas	(124.088)	137.618
Depósitos judiciais	(25.704)	(16.374)
Convênios a receber	(66.073)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	25.934	(195.452)
Salários, férias e encargos sociais	(874.728)	1.700.828
Impostos e contribuições a recolher	(323.861)	(40.511)
Adiantamentos recebidos	90.652	52.953
Outras obrigações	732.008	(254.370)
Recursos líquidos provenientes (aplicados) das atividades operacionais	1.349.818	(4.837.571)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(677.795)	(2.026.198)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(677.795)	(2.026.198)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	37.628.716	27.087.073
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(27.419.443)	(9.088.373)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(7.047.456)	(4.389.416)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	3.161.817	13.609.284
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.833.840	6.745.515
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.709.471	8.875.631
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.875.631	2.130.116
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.833.840	6.745.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

	<u>2024</u>	<u>%</u>	<u>2023</u>	<u>%</u>
Receita				
Receitas das atividades	55.952.998		50.060.974	
Outras receitas	286.663		(395.605)	
Recursos públicos contabilizados como receitas	2.075.534		238.900	
	<u>58.315.195</u>		<u>49.904.269</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos / serviços / mercadorias	(12.607.875)		(8.304.124)	
Serviços de terceiros	(11.581.577)		(13.100.589)	
Materiais, energia e outros	(3.119.471)		(2.737.447)	
	<u>(27.308.923)</u>		<u>(24.142.160)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>31.006.272</u>		<u>25.762.109</u>	
Retenções				
Depreciação e amortização	(3.138.804)		(3.162.068)	
Valor adicionado líquido	<u>27.867.468</u>		<u>22.600.041</u>	
Valor adicionado transferido				
Receitas financeiras	2.150.748		2.427.844	
Doações recebidas	109.900		95.518	
Aluguéis recebidos de terceiros	295.875		289.368	
Valor adicionado a distribuir	<u>30.423.991</u>	<u>100%</u>	<u>25.412.771</u>	<u>100%</u>
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho (pessoal, encargos e benefícios)	19.074.008	63%	19.291.273	76%
Impostos, taxas e contribuições	78.349	0%	183.766	1%
Remuneração de capitais de terceiros				
Despesas financeiras (juros)	6.071.524	20%	6.817.161	27%
Aluguéis pagos	785.441	3%	952.097	4%
Superávit do exercício	4.414.669	15%	(1.831.526)	-7%
Valor adicionado distribuído	<u>30.423.991</u>	<u>100%</u>	<u>25.412.771</u>	<u>100%</u>

Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em reais

1 Contexto operacional

A Fundação de Ensino Octávio Bastos – FEOB (“Fundação”) é uma entidade sem fins lucrativos de duração indeterminada, com a aplicação integral de suas rendas, recursos e resultados eventuais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

A Fundação tem atuação exclusiva na área da educação, rege-se por Estatuto Social, com sede e foro na cidade de São João da Boa Vista - SP, e tem por finalidade atuar em todas as áreas de ensino, pesquisa e extensão, através da instalação e funcionamento de unidades escolares que ministram cursos superiores nas várias áreas do saber, principalmente em nível de graduação, abrangendo cursos tecnológicos, licenciaturas e bacharelado, assim como pós-graduação Lato Sensu.

Em 23 de janeiro de 2019, foi deferido à Fundação, nos autos do processo administrativo nº 23000.049981/2017-45, o pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), nos termos da Portaria nº 18/2019 da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação, pelo prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data da respectiva publicação.

Posteriormente, em 06 de maio de 2021, a Fundação formalizou pedido de renovação da certificação pelo período compreendido entre 24 de janeiro de 2022 e 23 de janeiro de 2025, conforme processo administrativo nº 23000.012035/2021-20. Em 23 de outubro de 2023 foi publicado o deferimento do requerimento da certificação no Diário Oficial da União através da Portaria SERES/MEC nº 401.

Em 01 de novembro de 2024, A Fundação formalizou pedido de renovação da certificação pelo período compreendido entre 23 de janeiro de 2025 a 22 de janeiro de 2028, conforme processo administrativo nº 23000.046305/2024-49.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresa – NBC TG 1000 (R1), adaptadas as peculiaridades da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 14 de fevereiro de 2025.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes às perdas de contas a receber, à vida útil dos bens do imobilizado, provisão para contingências, entre outras similares.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) equivalentes de caixa; ii) contas a receber; iii) mensalidades a receber; e iv) convênios a receber. Os passivos financeiros básicos são: i) empréstimos e financiamentos; ii) fornecedores; e iii) adiantamentos recebidos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Fundação reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

c Contas a receber e mensalidades a receber

As mensalidades a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas com créditos esperadas – PCE. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d Estoques

O estoque de material é avaliado pelo custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado. Os estoques vivos (bovinos, equinos e ovinos) são avaliados ao custo médio de comercialização.

e Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido da reavaliação e do ajuste de avaliação patrimonial (AAP), deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os bens imóveis foram ajustados pelo custo atribuído (*deemed cost*).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f Intangível

Consiste em softwares de computador adquiridos e conteúdos desenvolvidos para cursos à distância, cujos direitos de exploração pertencem a Fundação, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear.

g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

h Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

i Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

j Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao

valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k Reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

A realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação do ativo imobilizado) é registrada na conta de superávit/déficit acumulados e posteriormente incorporada no patrimônio social. A reserva de reavaliação será mantida até a sua efetiva realização, conforme opção prevista pela Lei 11.638/2007 e Resolução do CFC nº 1.152/2009.

l Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

m Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

n Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

o Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

p Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

q Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Fundação e sua distribuição no exercício. Apesar de não ser requerida da Fundação pela legislação societária brasileira, estas estão sendo apresentadas como informação suplementar as demonstrações financeiras, e foram elaboradas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicações financeiras	12.617.633	8.794.895
Bancos	60.241	64.084
Caixa	31.597	16.652
	<u>12.709.471</u>	<u>8.875.631</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Fundação. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Recibo de Depósito Cooperativo – RDC, Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de investimentos referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamento próprio	4.608.041	17.616.232	22.224.273	3.216.825	13.592.497	16.809.322
Acordos contratuais	3.941.693	260.620	4.202.313	3.533.279	295.674	3.828.953
Acordos judiciais	2.636.923	692.444	3.329.367	2.289.902	874.434	3.164.336
FIES (i)	2.595.642	-	2.595.642	2.684.378	-	2.684.378
Notas promissórias	411.429	-	411.429	411.780	-	411.780
Bolsa rotativa	343.881	-	343.881	343.881	-	343.881
Taxas e receitas diversas	97.413	-	97.413	55.421	-	55.421
Hospital veterinário	119.523	-	119.523	44.171	-	44.171
Material didático	38.137	-	38.137	38.164	-	38.164
Atividades de pesquisa	16.000	-	16.000	16.000	-	16.000
Mensalidades - Financiamento próprio a liberar	14.094	-	14.094	-	-	-
	14.822.776	18.569.296	33.392.072	12.633.801	14.762.605	27.396.406
(-) Juros a apropriar	(35.900)	(78.757)	(114.657)	(32.977)	(107.348)	(140.325)
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE	(10.210.554)	-	(10.210.554)	(9.048.592)	-	(9.048.592)
	4.576.322	18.490.539	23.066.861	3.552.232	14.655.257	18.207.489

(i) Financiamento Estudantil do Ministério da Educação.

b Movimentação das perdas com créditos esperadas

	2024	2023
Saldos no início do exercício	<u>(9.048.592)</u>	<u>(8.006.794)</u>
Perdas esperadas com créditos	(1.161.962)	(1.041.798)
Saldos no final do exercício	<u><u>(10.210.554)</u></u>	<u><u>(9.048.592)</u></u>

6 Mensalidades a receber

a Composição do saldo

	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensalidades a receber	12.402.302	108.877	12.511.179	12.172.045	-	12.172.045
	12.402.302	108.877	12.511.179	12.172.045	-	12.172.045
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE	(10.328.771)	-	(10.328.771)	(10.294.615)	-	(10.294.615)
	2.073.531	108.877	2.182.408	1.877.430	-	1.877.430

b Movimentação das perdas com créditos esperadas

	2024	2023
Saldos no início do exercício	(10.294.615)	(10.206.285)
Perdas esperadas com créditos	(34.156)	(88.330)
Saldos no final do exercício	(10.328.771)	(10.294.615)

7 Estoques

	2024	2023
Estoques vivos – animais	671.984	506.212
Estoque almoxarifado	61.296	61.865
Culturas em formação - café	4.198	-
	737.478	568.077

8 Convênios a receber

Em 2024 foi firmado Termo de Colaboração entre a Fundação de Ensino Octávio Bastos e a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista - SP, para seleção e administração dos estagiários da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 5.007.019 (cinco milhões e sete mil e dezenove reais) anuais, a serem repassados de acordo com o cronograma constante no plano de trabalho.

O presente Termo de Colaboração atendeu no ano de 2024, 349 (trezentos e quarenta e nove) estagiários e encerrou o exercício com 193 (cento e noventa e três) estagiários.

Termo de Colaboração a receber	2024
Saldo inicial	5.007.019
(-) Repasses	(2.126.926)
Saldo Final	2.880.093

Recursos de Convênios	2024
Termo de Colaboração	5.007.019
Rendimentos aplicação financeira	671
(-) Recursos aplicados	(2.193.671)
Saldo Final	2.814.020

Variações entre ativo e passivo	2024
Termo de colaboração a receber	2.880.093
Saldo aplicação financeira	100.554
Estagiários a pagar - intermediação	(166.627)
Recursos de convênios	2.814.020

9 Outros créditos

a Composição do saldo

	2024	2023
Circulante		
Cartões de crédito	593.456	584.223
Adiantamentos a empregados	131.680	70.516
Aluguéis a receber	128.924	138.108
Cheques devolvidos	9.651	10.035
Adiantamento a fornecedores	9.081	163.832
Contas a receber – vendas de animais	7.500	-
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE	(106.506)	(106.889)
	773.786	859.825
Não circulante		
Títulos de capitalização	-	245.610
(-) Perdas parcial pela não realização	-	(8.722)
	-	236.888

b Movimentação das perdas com créditos esperadas e pela não realização de títulos de capitalização

Circulante	2024	2023
Saldo no início do exercício	(106.889)	(374.165)
Créditos recuperados	2.713	268.270
Perdas esperadas	(2.330)	(994)
Saldo no final do exercício	(106.506)	(106.889)

Não Circulante	2024	2023
Saldo no início do exercício	(8.722)	(20.855)
Créditos recuperados	8.722	12.133
Saldo no final do exercício	-	(8.722)

10 Despesas antecipadas

	2024	2023
Processo seletivo – vestibular	356.952	277.727
Prêmios de seguros	69.046	24.183
	425.998	301.910

11 Imobilizado

a) Composição do saldo

				2024	2023
	Taxa	Custo,	Depreciação		
	anual de	reavaliação	acumulada	Líquido	Líquido
	depreciação	+ AAP			
Edificações (i)	Até 7 %	33.877.763	(10.561.452)	23.316.311	24.292.128
Terrenos	-	12.541.259	-	12.541.259	12.541.259
Imóveis rurais	-	9.635.318	-	9.635.318	9.635.318
Benfeitorias	Até 10 %	10.319.204	(2.746.836)	7.572.368	7.854.837
Máquinas e equipamentos	Até 10 %	3.537.838	(2.465.057)	1.072.781	1.300.811
Equipamentos eletrônicos	Até 20 %	2.156.727	(1.171.911)	984.816	1.093.907
Cessão de direito uso	Até 5%	1.424.902	(404.666)	1.020.236	1.091.482
Móveis e utensílios	Até 10 %	2.542.035	(1.972.985)	569.050	793.296
Processamento de dados	Até 20 %	2.141.581	(1.933.296)	208.285	363.270
Consórcios	-	24.913	-	24.913	214.432
Veículos	Até 20 %	543.883	(313.870)	230.013	199.128
Material bibliográfico	Até 10 %	1.366.889	(1.250.898)	115.991	194.549
Instalações	Até 10 %	460.644	(356.334)	104.310	143.902
Outros imobilizados	Até 20 %	976.144	(546.743)	429.401	453.098
Obras em andamento	-	57.925	-	57.925	154.649
		81.607.025	(23.724.048)	57.882.977	60.326.066

- (i) Os imóveis denominados “Edifícios 2, 3 e 4” do Campus Central e Mantiqueira são dados como garantias em empréstimos conforme nota explicativa nº 13.

b) Movimentação do custo e ajustes de avaliação patrimonial – AAP

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Edificações	33.877.763	-	-	-	33.877.763
Terrenos	12.541.259	-	-	-	12.541.259
Imóveis rurais	9.635.318	-	-	-	9.635.318
Benfeitorias	10.115.818	-	(650)	204.036	10.319.204
Máquinas e equipamentos	4.004.415	83.209	(554.511)	4.725	3.537.838
Equipamentos eletrônicos	2.356.397	102.109	(301.779)	-	2.156.727
Cessão de direito uso	1.424.902	-	-	-	1.424.902
Móveis e utensílios	3.165.909	23.481	(648.051)	696	2.542.035
Processamento de dados	2.264.840	13.116	(136.375)	-	2.141.581
Consórcios	214.432	64.621	(254.140)	-	24.913
Veículos	441.131	102.752	-	-	543.883
Material bibliográfico	1.366.931	-	(42)	-	1.366.889
Instalações	555.367	1.178	(95.901)	-	460.644
Outros imobilizados	951.150	59.175	(34.181)	-	976.144
Obras em andamento	154.649	112.733	-	(209.457)	57.925
	83.070.281	562.374	(2.025.630)	-	81.607.025

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Edificações	33.877.763	-	-	-	33.877.763
Terrenos	12.541.259	-	-	-	12.541.259
Imóveis rurais	9.635.318	-	-	-	9.635.318
Benfeitorias	9.460.718	-	-	655.100	10.115.818
Máquinas e equipamentos	3.957.108	162.129	(120.982)	6.160	4.004.415
Equipamentos eletrônicos	2.151.346	27.374	(100.996)	278.673	2.356.397
Cessão de direito uso	1.424.902	-	-	-	1.424.902
Móveis e utensílios	2.983.502	197.065	(18.805)	4.147	3.165.909
Processamento de dados	3.282.814	36.136	(1.054.110)	-	2.264.840
Consórcios	146.133	68.299	-	-	214.432
Veículos	441.131	-	-	-	441.131
Material bibliográfico	2.672.439	-	(1.305.508)	-	1.366.931
Instalações	562.300	780	(7.713)	-	555.367
Outros imobilizados	907.743	56.021	(12.614)	-	951.150
Obras em andamento	364.922	733.807	-	(944.080)	154.649
	84.409.398	1.281.611	(2.620.728)	-	83.070.281

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	(9.585.635)	(975.817)	-	(10.561.452)
Benfeitorias	(2.260.981)	(489.364)	3.509	(2.746.836)
Máquinas e equipamentos	(2.703.604)	(314.332)	552.879	(2.465.057)
Equipamentos eletrônicos	(1.262.490)	(213.630)	304.209	(1.171.911)
Cessão de direito uso	(333.420)	(71.246)	-	(404.666)
Móveis e utensílios	(2.372.613)	(234.400)	634.028	(1.972.985)
Processamento de dados	(1.901.570)	(169.010)	137.284	(1.933.296)
Veículos	(242.003)	(71.867)	-	(313.870)
Material bibliográfico	(1.172.382)	(78.558)	42	(1.250.898)
Instalações	(411.465)	(40.909)	96.040	(356.334)
Outros imobilizados	(498.052)	(82.162)	33.471	(546.743)
	(22.744.215)	(2.741.295)	1.761.462	(23.724.048)

	2022	Adições	Baixas	2023
Edificações	(8.609.807)	(975.828)	-	(9.585.635)
Benfeitorias	(1.880.617)	(380.364)	-	(2.260.981)
Máquinas e equipamentos	(2.530.948)	(275.503)	102.847	(2.703.604)
Equipamentos eletrônicos	(1.190.905)	(167.183)	95.598	(1.262.490)
Cessão de direito uso	(262.175)	(71.245)	-	(333.420)
Móveis e utensílios	(2.181.963)	(208.355)	17.705	(2.372.613)
Processamento de dados	(2.737.222)	(213.580)	1.049.232	(1.901.570)
Veículos	(177.705)	(64.298)	-	(242.003)
Material bibliográfico	(2.359.852)	(100.878)	1.288.348	(1.172.382)
Instalações	(383.628)	(34.966)	7.129	(411.465)
Outros imobilizados	(431.153)	(79.318)	12.419	(498.052)
	(22.745.975)	(2.571.518)	2.573.278	(22.744.215)

12 Intangível

a) Composição do saldo

	Taxa		2024	2023
	anual de	Custo	Amortização	
	amortização	histórico	acumulada	Líquido
Softwares	Até 20 %	374.392	(325.049)	49.343
Desenvolvimento de conteúdo	Até 20 %	431.112	(411.519)	19.593
		805.504	(736.568)	68.936

b) Movimentação do custo

	2023	Adições	Baixas	2024
Softwares	259.001	115.421	(30)	374.392
Desenvolvimento de conteúdo	3.831.204		(3.400.092)	431.112
	4.090.205	115.421	(3.400.122)	805.504

	2022	Adições	Baixas	2023
Softwares	1.335.658	252.613	(1.329.270)	259.001
Desenvolvimento de conteúdo	3.831.204	-	-	3.831.204
	5.166.862	252.613	(1.329.270)	4.090.205

c) Movimentação da amortização acumulada

	2023	Adições	Baixas	2024
Softwares	(170.026)	(155.160)	137	(325.049)
Desenvolvimento de conteúdo	(3.569.262)	(242.349)	3.400.092	(411.519)
	(3.739.288)	(397.509)	3.400.229	(736.568)

	2022	Adições	Baixas	2023
Softwares	(1.061.301)	(253.116)	1.144.391	(170.026)
Desenvolvimento de conteúdo	(3.231.828)	(337.434)	-	(3.569.262)
	(4.293.129)	(590.550)	1.144.391	(3.739.288)

13 Empréstimos e financiamentos

a) Composição do saldo

Modalidade	Encargos Contratuais ao mês	Vencimento final	2024			2023		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Investimentos	De 1,00 a 1,69% a.m	15/07/2027	65.434	54.699	120.133	180.704	38.366	219.070
Capital de giro	De 0,69 a 1,50% a.m	16/04/2029	9.569.880	26.953.670	36.523.550	10.843.290	22.925.890	33.769.180
			9.635.314	27.008.369	36.643.683	11.023.994	22.964.256	33.988.250

As garantias são avais, recebíveis e hipotecas de imóveis denominados Campus Mantiqueira e os edifícios 2, 3 e 4 do Campus Central.

Em 2023, devido à necessidade de caixa, a Fundação realizou uma operação junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 12.300.000, a uma taxa de 1,47% ao mês, onde foi dado em garantia recebíveis e os imóveis denominados “Edifícios 2, 3 e 4” do Campus Central.

Em maio de 2024, visando a manutenção do fluxo de caixa da Fundação, buscou uma renegociação da dívida com o SICOOB Creinter que estava contratada a uma taxa pré-fixados em 1,29% ao mês equivalendo à 16,92% ao ano. Conseguiu-se obter uma nova operação, cujos juros foram de 0,29% ao mês acrescidos de CDI, que naquele momento vinha sofrendo quedas contínuas e com base na SELIC da época, que está em 11,25% ao ano, conseguiu uma taxa efetiva na operação de 14,79% ao ano, trazendo uma redução no custo financeiro de aproximadamente 2,13% ao ano. Captou R\$ 15.000.000, com uma carência de 6 meses e quitamos o empréstimo anterior desse mesmo banco, no valor de R\$ 7.635.019 e quitou-se também o empréstimo do Santander no valor de R\$ 1.688.620. Foi dado em garantia o Campus Mantiqueira, que já era objeto de garantia das operações anteriores. O saldo restante desta nova operação foi mantido em uma aplicação financeira, para ser utilizado como suporte de caixa no decorrer do ano.

Em agosto de 2024, a Fundação foi contactada pelo Banco do Brasil com uma oferta de reestruturação dos dois empréstimos existentes: sendo a primeira operação firmada em Maio de 2022 com a taxa de 1,32% ao mês equivalendo à 16,97% ao ano e montante de R\$ 1.128.103,41, e a segunda operação firmada em Maio de 2023 com a taxa de 1,47% ao mês, equivalendo à 18,88% ao ano e montante de R\$ 10.174.725,76, totalizando R\$ 11.302.829,17 que foi liquidado com uma nova contratação de 14.500,000,00, com taxa de 0,31% ao mês acrescidos de CDI, que continuava sofrendo quedas contínuas e com base na SELIC da época e suas projeções, conseguiu a projeção de uma taxa efetiva na operação de 14,3% aa, trazendo uma redução no custo financeiro de aproximadamente 3,7% aa, foi dado em garantia recebíveis e os

imóveis denominados “Edifícios 2, 3 e 4” do Campus Central e Mantiqueira que já eram objeto de garantia das operações anteriores. O saldo restante desta nova operação foi mantido em uma aplicação financeira, para ser utilizado como suporte de caixa no decorrer do ano.

b) Movimentação do saldo de empréstimos

	2024	2023
Saldo Inicial	33.988.250	22.932.586
Captação	37.628.715	27.087.073
Pagamento de principal	(27.419.443)	(9.088.373)
Juros provisionados	(506.383)	(2.553.620)
Pagamento de juros	(7.047.456)	(4.389.416)
Saldo final	36.643.683	33.988.250

c) Vencimento dos empréstimos

Vencimento	Valor
2025	9.635.314
2026	9.882.945
2027	9.658.761
2028	6.245.860
2029	1.220.803
	36.643.683

14 Salários, férias e encargos sociais

	2024			2023		
	Não			Não		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Parcelamento INSS e IRRF (i)	1.339.271	2.533.036	3.872.307	1.525.347	2.910.650	4.435.997
Férias e encargos sociais	770.183	-	770.183	695.338	-	695.338
Salários e ordenados	681.562	-	681.562	682.885	-	682.885
Contribuições previdenciárias	111.470	-	111.470	493.436	-	493.436
FGTS	132.825	-	132.825	130.041	-	130.041
Contribuições sociais retidas	10.698	-	10.698	16.001	-	16.001
Contribuição sindical e assistencial	870	-	870	945	-	945
	3.046.879	2.533.036	5.579.915	3.543.993	2.910.650	6.454.643

- (i) Refere-se ao saldo devedor dos parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, devidamente segregados entre o circulante e o não circulante.

15 Adiantamentos recebidos

	2024	2023
Mensalidades – graduação	662.045	571.306
Taxas e receitas diversas	-	87
	662.045	571.393

16 Outras obrigações

	2024			2023		
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Contratos a pagar	420.995	189.375	610.370	48.080	8.742	56.822
Intermediação de estágios	170.111	-	170.111	-	-	-
Diretório Central Estudantil - DCE	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
Seguros	26.110	-	26.110	24.211	-	24.211
Autônomos	950	-	950	-	-	-
Acordos a pagar	5.500	-	5.500	-	-	-
	623.666	249.375	873.041	72.291	68.742	141.033

17 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Fundação é parte envolvida (polo passivo) em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como possíveis e prováveis.

	2024		2023
Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
1.300.840	201.432	1.685.489	175.728
1.300.840	201.432	1.685.489	175.728

As movimentações na rubrica “provisão para contingências” durante os exercícios foram as seguintes:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.685.489	1.917.884
Adições	191.677	586.841
Baixas	(576.326)	(819.236)
Saldo no final do exercício	1.300.840	1.685.489

a Trabalhistas e cíveis

A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas trabalhista e cível, para as quais a Administração da Fundação decidiu, com base na opinião dos assessores jurídicos, que classificam como perda provável, constituir

provisão para contingências em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 40.000 (R\$ 626.326 em 2023), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas nas ações citadas. Para essas ações existem depósitos judiciais, nos montantes de R\$ 13.134 em 31 de dezembro de 2024.

b Tributárias

A Fundação está envolvida em dois processos administrativos e uma ação de execução fiscal impetrados pela Receita Federal do Brasil, os quais tem por objeto cobrar o não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre bolsas de estudo concedidas aos dependentes de empregados da Fundação, e o pagamento de bolsa incentivo à iniciação científica aos alunos do curso de aprimoramento em medicina veterinária, em nível de pós-graduação. O valor total da provisão é de R\$ 1.260.840 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.059.163 em 2023). Para essas ações existem depósitos judiciais, nos montantes de R\$ 188.298 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 175.728 em 2023).

18 Patrimônio Líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.879.519 (R\$ 16.319.667 em 2023).

b Doações e subvenções

Reserva constituída pelas doações recebidas de terceiros em exercícios anteriores. Referente ao exercício de 2023, o montante de R\$ 1.440.149 foi incorporado ao patrimônio social conforme autorização dos Conselho Curador.

c Reserva de reavaliação

Representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Fundação.

d Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi constituída a conta ajuste de avaliação patrimonial representada pela mais valia de ativo imobilizado da Fundação, conforme demonstrado na nota 11.

e Superávits / Déficits acumulados

O superávit acumulado do exercício foi R\$ 4.806.040, incluindo a realização do ajuste de avaliação patrimonial e a realização da reserva de reavaliação nos montantes de R\$ 354.404 e R\$ 36.967, respectivamente, e deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária – AGO da Fundação.

19 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as fundações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda da imunidade tributária da qual goza a Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a operação normal da Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante o prazo mínimo de 10 anos, conforme artigo 3º, VI da Lei Complementar 187/2021.

20 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros de equivalentes de caixa, contas a receber, mensalidades a receber, convênios a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e adiantamentos recebidos.. A Administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo.

a Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Classificação</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ativos financeiros			
Bancos conta movimento	(i)	31.597	16.652
Aplicações financeiras	(ii)	12.617.633	8.794.895
Contas a receber	(i)	23.066.861	18.207.489
Mensalidades a receber	(i)	2.182.408	1.877.430
Convênios a receber	(i)	2.880.093	-
		<u>37.898.499</u>	<u>28.896.466</u>
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	(iii)	36.643.683	33.988.250
Fornecedores	(iii)	692.094	666.160
Adiantamentos recebidos	(iii)	662.045	571.393
		<u>37.997.822</u>	<u>35.225.803</u>

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado.
- (ii) Ativo ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivos ao custo amortizado.

b Fatores de risco que podem afetar os negócios da Fundação

A Fundação apresenta exposição aos seguintes principais riscos: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de riscos da Fundação são estabelecidas pela Administração para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar os riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições externas e nas atividades da Fundação.

Risco de crédito é o risco de perdas com o contas a receber e em investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Fundação adota a política de análise de seus deveres, com a constituição da provisão para perdas com créditos esperadas. A exposição máxima de risco de crédito é o valor contábil dos ativos financeiros.

Risco de liquidez é o risco de a Fundação não conseguir cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação apresenta os ativos circulantes, menos estoques, superiores aos passivos circulantes em R\$ 5.750.370 (R\$ 949.476 em 2023). Essa variação se deu em virtude da utilização das aplicações financeiras para complemento de caixa.

Risco de mercado é o risco que a Fundação tem decorrente da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como as taxas de juros ou dos preços de mercado dos seus serviços e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviços. Administração adota controles para manter a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

21 Remuneração da Administração

A Fundação não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, a título de lucro ou participação no seu resultado, sob nenhuma forma ou pretexto. A direção da Fundação, entidade Mantenedora, se estrutura mediante a atuação de órgãos fiscalizadores e de diretrizes deliberativas. A Administração da Fundação está totalmente delegada, sem qualquer ônus ou interferência, para a Reitoria das Mantidas, que gozará de absoluta independência e autonomia administrativa, inclusive para representação judicial e extrajudicial, a contratação e a plena gestão de pessoal, a gestão financeira, orçamentária, de informática e de patrimônio. A Reitoria tem seu mandato de quatro anos, enquanto o Conselho Curador e o Conselho Fiscal, eleitos na forma do seu Estatuto Social, têm um mandato de três anos.

A Reitoria é remunerada. Os membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados a Fundação. Essa gratuidade é mensurada conforme demonstrado na nota explicativa nº 29.

22 Mensalidades

	2024	2023
Mensalidades graduação	65.672.922	63.638.136
FIES – Financiamento Estudantil	2.553.281	2.975.208
Dependências e adaptações	372.699	294.406
Cursos de pós-graduação	255.142	386.710
Créditos estudantis próprios e privados	164.988	650.799
Cursos diversos	73.748	1.080
Processo seletivo	40.312	41.068
Cursos de extensão e pesquisa	2.506	53.652
	69.135.598	68.041.059

23 Obrigações da educação para fins de CEBAS

a Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no art. 18 Inciso II da Lei Complementar nº 187/2021, todas as bolsas de estudo computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-MEC). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP.

b Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação - Plano Nacional de Educação (PNE) - e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas.

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

c Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

d Autorização de funcionamento

De acordo com o que determina o art. 18, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação foi recredenciada junto ao MEC conforme Portaria nº 444 de 28 de junho de 2021 pelo prazo de quatro anos.

e Demonstrativo do cumprimento mínimo de concessão de bolsas integrais

A Fundação, aderente ao atendimento do art. 22 (Educação Superior SEM adesão ao Prouni) da Lei Complementar nº 187/2021, apresenta abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente.

A Fundação esteve vinculada ao Programa Universidade para Todos - Prouni, desde 2005, tendo oferecido suas bolsas de estudo por este Programa até o processo seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2023.

Por decisão da administração, a partir do segundo semestre de 2023, deixou de oferecer bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos - Prouni, tudo conforme e com fundamento ao parágrafo 3 do art. 5 da Lei 11.096 de 2005, onde através do Termo de Solicitação de Desvinculação de Instituição de Ensino Superior, requereu em 09 de maio de 2023, sua desvinculação ao Programa Universidade para Todos - Prouni, reiterando que o estudante beneficiado pelo programa até ingresso no primeiro semestre de 2023, gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

Demonstrativo 1/9 e 1/4	2024	Montante de recursos aplicados anual	2023	Montante de recursos aplicados anual
Total de alunos matriculados em dezembro	4.809	89.263.756	4.982	84.834.156
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes do Prouni - Lei nº 11.096/05	134	2.783.345	186	3.425.508
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Com perfil socioeconômico	365	5.002.112	260	4.853.860
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Convenção coletiva com perfil socioeconômico	75	1.170.624	102	1.333.076
Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico	574	8.956.081	548	9.612.444
(-) Outras bolsas integrais 100% - Sem perfil socioeconômico	37	964.163	1	17.355
Total de alunos pagantes em dezembro	4.198	-	4.433	-
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º Inc. I)	466	-	493	-
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/2021 - Superior SEM Prouni)	1050	-	1108	-
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior				
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e Institucionais	574	8.956.081	548	9.612.444
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	108	-	55	-
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior				
Bolsistas integrais (100%) – Prouni remanescentes e Institucionais	574	8.956.081	548	9.612.444
Bolsistas parciais (50%) - Prouni remanescentes e Institucionais	976	9.960.437	1.139	6.800.360
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II) em dezembro	1062	18.916.518	1118	16.412.804
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro	12	-	10	-

Além da concessão de bolsas de estudo remanescentes Prouni e institucionais, a Fundação concedeu em 2024 outras bolsas de estudos, no valor de R\$ 247.477 (R\$ 380.292 em 2023), conforme demonstrações do resultado.

Outras ações institucionais

Embora sua filantropia seja efetivada pela concessão de bolsa de estudos, a Fundação dispõe de outras ações de responsabilidade social e institucional, por meio de programas de atendimento gratuito à população em complemento ao ensino prático de nossos alunos, não apropriadas nas gratuidades para fins de CEBAS. Esses atendimentos representaram no ano de 2024, 36.373 atendimentos (82.549 em 2023), conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Programa de atendimentos fisioterapêuticos	16.662	73.200
Programa de atendimentos jurídicos	10.764	6.043
Programa de atendimentos Psicológicos	2171	362
Laboratório de Análises Clínicas	140	137
Programa de Saúde e Bem-Estar Animal	295	454
Programa de Consultoria Empresarial	985	705
Programa de Saúde e Bem-Estar	3.622	1.276
Programa Ateliê Vertical	1443	31
Núcleo de Apoio Psicopedagógico	291	251
	36.373	82.459

24 Corpo docente

	2024	2023
Salários, hora-aula, adicionais e gratificações	(5.746.094)	(6.185.514)
Assistência médica e odontológica	(802.246)	(659.171)
Férias	(700.417)	(842.416)
FGTS - Corpo docente	(551.091)	(585.525)
13º salário	(517.528)	(567.563)
Indenizações	(412.198)	(274.241)
Viagens e alimentação	(401.863)	(359.219)
Corpo docente contratado	(41.060)	(17.639)
Cursos e treinamentos	(2.659)	-
Outros benefícios	(2.552)	(1.645)
	(9.177.708)	(9.492.933)

25 Outras despesas de ensino

	2024	2023
Contrapartida de convênios e contratos (i)	(2.060.667)	(745.141)
Seguro de vida alunos	(61.752)	(64.406)
Transporte de alunos e professores	(28.240)	(24.400)
Outras despesas de ensino	(1.051)	(778)
	(2.151.710)	(834.725)

(ii) Composição da Contrapartida de convênios e contratos:

	2024	2023
Repasse do curso de medicina veterinária e da fazenda-escola para o Centro Veterinário	1.092.732	670.270
Distrato Grupo A Mais Campus	909.000	-
Pagamento UNIVAP - 10% sobre os recebimentos	58.935	74.871
	2.060.667	745.141

26 Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários, adicionais e gratificações	(5.960.625)	(5.988.964)
Alimentação	(953.085)	(980.234)
Férias	(760.280)	(755.524)
FGTS	(556.471)	(544.731)
13º salário	(498.748)	(469.419)
Assistência médica e odontológica	(646.253)	(526.535)
Indenizações	(479.514)	(417.911)
Vale transporte	(23.776)	(16.704)
Cursos e treinamentos	(13.612)	(44.370)
Viagens e alimentação	(11.997)	(22.362)
Uniformes	(13.556)	(43.473)
Outros benefícios	(19.441)	(5.751)
	<u>(9.937.358)</u>	<u>(9.815.978)</u>

27 Serviços profissionais contratados

	2024	2023
Pessoal administrativo terceirizado	(7.242.410)	(6.943.857)
Serviços profissionais – pessoas jurídicas	(2.465.107)	(4.865.258)
Estágios	(765.976)	(713.871)
Rescisões contratuais	(670.869)	(173.799)
Limpeza e conservação	(46.890)	(7.001)
Segurança e vigilância	(283.366)	(263.926)
Serviços profissionais – pessoa física	(64.356)	(102.087)
Cursos e treinamentos	(1.541)	(13.151)
	<u>(11.540.515)</u>	<u>(13.082.950)</u>

28 Receitas e despesas de convênio municipais

O Termo de Colaboração nº 001/24 firmado com a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista – SP tem como finalidade a seleção e administração da concessão de estágios nas dependências da Prefeitura Municipal, para isso, recebe repasse de custeio de despesas administrativas e para pagamento dos estagiários, cuja receita e despesa deve ser igual, conforme disposto na NBC TG 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, que trata que os repasses recebidos para custeio devem ser reconhecidos no resultado, e confrontado com as despesas compensadas, conforme segue:

	2024
Receita de convênios municipais	2.075.534
Despesas de convênios municipais	(2.075.534)

29 Serviços voluntários – educação

Em atendimento a Resolução CFC de nº 1.409/2012 que aprova a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de trabalhos voluntários (receita) e outras despesas e não altera o resultado do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários dos Conselhos Curador e Fiscal foi estabelecida, a partir de 2024, de pesquisa salarial fornecida pelo gestor de Pessoas e & Cultura da Fundação, cujo valor até 2023 foi mensurado pelo valor pago à consultoria administrativa denominada “conselho consultivo” conforme contrato. O valor é calculado de acordo com o número de participantes nas reuniões ordinárias e extraordinárias ocorridas durante o ano, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Conselho Fiscal	3.872	45.000
Conselho Curador	13.904	140.000
	17.776	185.000

30 Outras receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receitas		
Hospital veterinário - outras receitas	2.408.510	1.745.047
Recuperação de despesas (i)	2.196.723	251.205
Superveniências ativas com gado	433.693	330.483
Aluguéis	295.875	279.368
Atividades de pesquisa	203.000	105.000
Diversas	173.177	259.253
Intermediação de estágio - outras receitas	142.756	2.457
Venda animais descartados	117.510	73.390
Doações	109.900	95.518
Venda de imobilizado	6.505	10.000
Análises laboratoriais	1.400	2.600
Recebimento por sinistros	1.188	-
Arrendamentos	-	10.000
Academia Palmeiras - outras receitas	-	61.287
	6.090.237	3.225.608
Despesas		
Custo animais descartados	(113.912)	(106.745)
Insubstituições ativas com gado	(154.009)	(470.166)
Baixa bem vendido/deteriorado	(4.312)	(232.567)
	(272.233)	(809.478)
	5.818.004	2.416.130

- (i) A Fundação recebeu, nos dias 05/02/2024 e 07/02/2024, duas transferências bancárias, no valor total de R\$1.304.172,00 (um milhão, trezentos e quatro mil, cento e setenta e dois reais), a título de Valor Adicional relativamente a créditos oriundos da Ação de Rito Ordinário nº 0000394-32.2003.4.03.6127, cujo direito creditório fora cedido aos fundos conforme contrato, que foram contabilizados como “Recuperação de despesas”, referente ao processo de imunidade do PIS e da COFINS, em virtude de previsão expressa contida em “Contrato de compromisso irrevogável e irretratável de cessão de direitos creditórios”, firmado

entre a FEOB e os fundos SAM 2 – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS (CNPJ n. 32.274.238/0001-00) e FIDC MILAS II – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO (CNPJ nº 37.720.020/0001-47).

31 Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.044.421	1.032.396
Multa e juros	863.113	1.299.443
Atualização monetária ativa	239.554	86.604
Descontos obtidos	3.559	9.401
Variação cambial ativa	101	-
	2.150.748	2.427.844
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(16.100.528)	(11.385.569)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.491.569)	(5.393.215)
Encargos sobre recolhimento de tributos	(486.459)	(952.164)
Juros passivos	(90.690)	(463.826)
Bolsas de estudo (descontos) condicionais	(37.270)	(6.625.073)
Atualização monetária passiva	(1.887)	(4.314)
Multas moratórias	(919)	(3.642)
	(22.209.322)	(24.827.803)
	(20.058.574)	(22.399.959)

32 Imunidades usufruídas

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área da Educação, conta com o CEBAS, publicado no Diário Oficial da União em 23 de outubro de 2023, relativo ao Processo nº 23000.012035/2021-20, cuja vigência do certificado é de 24 de janeiro de 2022 a 23 de janeiro de 2025, com processo de renovação em andamento protocolado em 01 de novembro de 2024 sob o nº 23000.046305/2024-49 para o período de 23 de janeiro de 2025 a 22 de janeiro de 2028.

Em decorrência, a Fundação está imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (cota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) calculado à alíquota de 3% sobre as receitas próprias e do Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre a folha de salários.

Conforme os arts. 3º e 4º da Lei Complementar 187/2021, a entidade beneficente certificada faz jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam o § 7º do art. 195, os incisos I, III e IV do caput do art. 195 e do art. 239 da Constituição Federal. O total das imunidades das contribuições sociais usufruídas durante o exercício é o seguinte:

	2024	2023
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuições individuais e cooperativas de trabalho	4.016.807	4.053.580
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.063.918	2.101.878
Imunidade da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)	138.176	143.852
	6.218.901	6.299.310

33 Cobertura de seguros

A Administração da Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



MOORE

www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.